

DA CATEQUESE AO REGALISMO - A CRISE ENTRE A IGREJA E ESTADO NO SÉCULO XIX NO BRASIL.

Cybele Vidal Neto Fernandes
Prof. Adjunto, Mestrado de História da Arte
Escola de Belas Artes
UFRJ

No Brasil a colonização portuguesa iniciou-se com a preocupação do Estado em organizar o país, fixar-lhe as fronteiras, explorar suas riquezas, desempenhando tarefas de caráter militar, político e econômico, enquanto à Igreja cabiam aquelas de cunho cultural, moral e espiritual. Pode-se dizer que, já no século XVI, os jesuítas lançaram as primeiras sementes de seus ensinamentos, através de uma atividade profundamente organizada, que, além da catequese, trouxe vários frutos para a Colônia, como a ação político-social exercida de forma paralela, pois provinha de uma autoridade religiosa reconhecida pelo poder do Estado.

Desde cedo a expansão dos países ibéricos procurou se justificar na idéia de

que essa era uma forma de agradar a Deus, difundindo o catolicismo ao angariar novas almas para a Igreja, mas escondendo interesses mais imediatos das Coroas. Luis Felipe Baeta Neves, referindo-se ao plano de colonização do Padre Manoel de Nóbrega, registrou o seguinte: "...sujeitando-se o gentio... a terra se povoará e nosso Senhor ganhará muitas almas e S. A. terá muita renda nesta terra..."⁽¹⁾ (grifo nosso).

No Brasil colonial viviam europeus, índios e africanos, os quais foram amalgamando uma mentalidade profundamente peculiar, na qual a complexidade de culturas e credos era administrada de modo inteligente pela Igreja. Esta ajudava o colono a compreender aquele entrelaçamento de ações e interesses, ajustando-o à sua

(1) BAETA NEVES, Luís Felipe. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1978, p. 109.

realidade. O papel da Igreja, então, ultrapassava a sua função mais imediata, que era a evangelização e, apoiada pelo Estado, assumia o total controle dessa sociedade em formação.

Aquela foi uma conduta ideológica que se consubstanciou nas construções religiosas, realizadas o mais próximo possível do modelo das Igrejas em nave única, que, valorizando o sermão do sacerdote, congregavam os fiéis para a mais imediata entrega da sua alma a Deus. O cenário da Igreja em si, as expressões dos santos, a representação dos autos em encenações teatrais, as faustosas procissões carregadas de apelos dramáticos (segundo o modelo espanhol), tudo ocorria para a persuasão do fiel.⁽²⁾

Na verdade, viver a vida social da Colônia era ligar-se estreitamente às atividades da Igreja; as festas santas eram uma ocasião ideal para congregar toda a população, dos mais importantes aos mais humildes, uns para ostentar seu poder, outros para venerar a imagem sagrada, todos, porém, ligados pela fé comum.

De fato, os jesuítas haviam desenvolvido na Colônia uma ação catequética

mais de superfície que de profundidade: era um tipo de fé que deveria ser demonstrado, consubstanciado nas grandes festas religiosas, numa religiosidade teatralizada, que repercutia na vida social.

Talvez esse aspecto, de exteriorização da fé, perpetuando um certo caráter medievalista da Igreja sobre o povo inculto, reflita o sentido ornamental que desde cedo se revelou no estilo religioso colonial, numa adaptação da arquitetura jesuítica ao nosso meio. Sobre o assunto, Ricardo Averini fez a seguinte observação:

Se existe uma unidade em todo o âmbito da arte barroca colonial, ela está sob o signo do expressionismo, que precisamente surge compreendido como um reforço popular do sentimento à declaração mais explícita e intensa.⁽³⁾

Na primeira fase da ação da Igreja no Brasil, atuaram primeiramente os jesuítas e franciscanos, e depois os beneditinos, dominicanos, capuchinhos e carmelitas, todos ligados à mesma postura ideológica: o século XVII foi o século das ordens religiosas regulares.⁽⁴⁾

No entanto, ao longo do século XVIII, esse panorama mudou: as ordens religiosas haviam se enriquecido e eram do-

(2) Essas procissões eram ainda importantes acontecimentos no Rio de Janeiro, no século XIX, e foram descritas por vários cronistas da época. Thomas Ewbanck, em seu livro *Vida no Brasil*, trata do assunto: capítulo XVII (procissão saída da igreja de Bom Jesus, na Rua do Sabão); capítulo XX (Procissão do Enterro); capítulo XXXI (Procissão de Corpus Christi). Apesar de referir-se a "um espécime embora modesto desses espetáculos eclesiásticos-históricos..." descreve a pompa que ainda neles havia: "...contei cinquenta anjos ricamente trajados..." (os pais se rivalizavam em vestir as filhas com o que fosse melhor). EWBANCK, Thomas. *Vida no Brasil*. São Paulo; Ed. da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976.

(3) AVERINI, Ricardo. *Tropicalidade do Barroco*. In revista *Barroco* n° 12. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, 1982/1983, p. 334.

(4) O poderio dessas Ordens Regulares ainda era bem forte no século XIX; Thomas Ewbanck descreve sobre os monges beneditinos - "...além de possuir a maior parte de algumas ruas e outras ruas inteiras, onde as lojas rendem os melhores aluguéis, os padres têm propriedades em cada uma das dezoito divisões do Império, principalmente no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em algumas plantações chegam a empregar 1000 escravos... numerosas gerações de moças e rapazes de cor lá são criadas (ilha do Governador) até terem idade suficiente para serem enviados ao trabalho nas propriedades do interior". — *A vida no Brasil*. Obra citada, p. 102.

nas de um enorme patrimônio oriundo de doações de terras ou adquirido de uma maneira ou de outra pelos religiosos, em particular, e pelas ordens, em geral. O ciclo do ouro em Minas Gerais atraía muitos religiosos, fato que causou um esvaziamento dos conventos do Norte e do Nordeste do Brasil. Portugal se apressou em administrar rigorosamente as terras mineiras e proibiu as Ordens Regulares de se estabelecerem em Minas Gerais.

A ação do Marquês de Pombal, ministro de D. José I (1750-1777), foi claramente pautada nos princípios do despotismo esclarecido, tendo o mesmo realizado várias reformas na economia, na administração e na educação.

Em sua administração, o Marquês de Pombal buscou a secularização, isto é, procurou reconduzir a educação à direção do governo, e não mais permitir, nesse campo, o controle e a administração das instituições eclesiásticas.

Tornou-se, conseqüentemente, inevitável o confronto direto entre o governo do Marquês de Pombal e a Companhia de Jesus. Os jesuítas detinham a maior força política nos negócios internos do Estado e possuíam um imenso patrimônio nas terras da Colônia, representando, portanto, um grave entrave para os interesses da Coroa Portuguesa. Apesar de grande parte da cultura, no período colonial, ter origem nos trabalhos desenvolvidos pela Companhia de Jesus (nos colégios, conventos, seminá-

rios e igrejas), esses diversos fatores geraram uma grave crise, que atingiu seu clímax em 1759 com a expulsão dos padres da Companhia de Jesus de todas as terras pertencentes à Coroa Portuguesa.

Foi em conseqüência desses acontecimentos que começaram a se formar agrupamentos leigos junto às paróquias. Seus participantes se reuniram nas Igrejas dos conventos e colégios, e construíram depois suas sedes próprias: surgiam as Irmandades Terceiras. Sobre o crescimento dessas Irmandades, observou Bazin :

Na primeira metade do século o esforço construtivo havia se concentrado nas igrejas paroquiais; na segunda, deu-se o progresso das irmandades. Em nenhum outro lugar elas foram tão prósperas. Como a coroa de Portugal havia proibido o estabelecimento das ordens monásticas na Capitania de Minas Gerais, os donativos piedosos foram canalizados para as confrarias, que então ergueram suas capelas de várias dimensões. As ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco atraíram para si os mais ricos elementos pertencentes à melhor sociedade e sua emulação valeu-nos as mais belas igrejas da arte luso-basileira.⁽⁵⁾

Desse modo, segundo Bazin, entre 1757 e 1804 surgiram em Minas Gerais várias capelas de Irmandades Terceiras, que testemunharam a concentração de riquezas, então canalizadas para as Confrarias. Assim, as grandes ordens religiosas que atuaram na primeira fase começaram a ceder posto ao clero secular - as Irmandades proliferavam animadas pelo Estado, que delas fazia (embora de forma indireta) um ponto

(5) BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1965, p. 208.

de fiscalização junto à Igreja: essa luta latente atingiria seu clímax na segunda metade do século XIX.

O crescimento do clero secular a partir do século XVIII caracterizou-se pela construção de um grande número de igrejas, uma vez que lhes tinham sido concedidas, pela Coroa, algumas regalias, tais como a propriedade de igrejas e capelas que viessem a construir, cemitérios, animais de sela, imagens, utensílios e mobiliários. Tornaram-se verdadeiros mecenas, que muito contribuíram para a prosperidade e o amadurecimento artístico do período, caracterizado pelo aparecimento de algumas "escolas regionais" no Brasil - Minas, Bahia e Pernambuco.

Foi nesse momento que predominou o tipo de planta caracterizado por igrejas de dimensões maiores que as anteriores, de nave retangular, capela-mor profunda, ladeada por dois corredores laterais, com ligação direta com a rua, e que as ligavam à sacristia e ao consistório, situados na parte posterior do edifício.

Tal solução atendia as necessidades de um edifício no qual as atividades religiosas e assistenciais (das Irmandades ou Confrarias) se desenvolvessem paralelamente, sem que uma interferisse na outra. Pode-se observar que no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII e ao lon-

go do século XIX, muitas igrejas foram construídas ou reformadas, reflexo do crescimento das irmandades no período. Sobre o assunto, observou Germain Bazin:

Na mesma época, aproximadamente, duas igrejas foram construídas no Rio com plantas semelhantes: a Capela dos Terceiros do Carmo (1752) e a dos Terceiros dos Mínimos de São Francisco de Paula (1759). A dimensão dessas capelas, se as compararmos com a dos Terceiros Franciscanos edificada no princípio do século, traduz perfeitamente a ambição dessas irmandades, que se tornaram ricas e poderosas na segunda metade do século XVIII. (6)

O surto construtivo correspondente ao surgimento de novas Irmandades ou Confrarias foi notável: por volta de 1880 a Cidade do Rio de Janeiro estava dividida em vinte e uma freguesias, nas quais se encontravam cerca de cento e cinquenta igrejas, capelas públicas e particulares, originárias das primeiras ermidas e oratórios públicos, abrigando uma ou mais Irmandades ou Devoção. (7)

Se durante o período colonial a produção artística foi praticamente comandada pelas Ordens Regulares, que direcionavam todos os trabalhos por ela encomendados, desde a arquitetura até os elementos decorativos, agora o artista se subordinava às Ordens Terceiras através de suas mesas administrativas (constituídas por seis irmãos oficiais e sete irmãos definidores).

(6) *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Obra citada, p. 245.

(7) Na segunda década do século XVIII surgiram no Rio de Janeiro, dentre outras, as Irmandades da Cruz dos Militares (1700); de N. Senhora da Lapa dos Mercadores (1749); do Senhor dos Passos (1737); de N. Senhora Mãe dos Homens (1758); de Santa Efigênia (1747); São Domingos (1797); de São Francisco de Paula (1756). Ao findar a Monarquia, a cidade (corte e Município Neutro, pelo ato Adicional de 12/08/1834) estava dividida em vinte e duas freguesias, a saber: São Sebastião (1569); Candelária

(1634); Irajá (1644); Jacarepaguá (1661); Campo Grande (1673); Ilha do Governador (1710); Inhaúma (1749); São José (1751); Santa Rita (1751); Guaratiba (1755); Engenho velho (1762); Ilha de Paqueta (1769); Lagoa (1809); Santana (1814); Sacramento (1826); Santa Cruz (1833); Glória (1834); Santo Antonio (1854); São Cristovão (1856); Espírito Santo (1865); Engenho Novo (1873); Gávea (1873). SANTOS, Noronha; BERGER, Paulo. *As freguesias do Rio de Janeiro*. RJ, Ed. Cruzeiro, 1965, p. 7 e 8.

Ao primeiro período da ação da Igreja no Brasil, sob domínio da Catequese (de 1549 a 1759), seguiu-se o período central sob domínio do Regalismo, isto é, da mão forte do Estado sobre a Igreja (que abrange da segunda metade do século XVIII à segunda metade do século XIX, aproximadamente).

Na segunda fase da ação da Igreja no Brasil o crescimento das ordens leigas foi apoiado pela Coroa Portuguesa através do Marquês de Pombal - representante típico do absolutismo português no século XVIII - que, como vimos, varreu do Brasil a Companhia de Jesus, elemento mais vivo da ação da Igreja na Colônia. Com a expulsão dos jesuítas dos domínios da Coroa Portuguesa, em 1759, o crescente absolutismo estatal não iria encontrar obstáculos para sua expansão: a política pombalina introduzia, assim, a fase do Regalismo na Colônia (isto é, o sistema dos regalistas ou dos que defendem as prerrogativas do Estado contra as pretensões da Igreja).

A formação catequética da população da Colônia abalou-se ainda mais, naquele período, porque começaram a chegar ao Brasil as idéias francesas que, além das reivindicações de independência, traziam embutidas as idéias de uma emancipação progressiva do Estado em relação à Igreja. Tais idéias enfraqueciam as estrutu-

ras intelectuais e morais da tradição católica da Colônia, dando início a um processo de crescente laicização da consciência brasileira. O racionalismo do século XVIII foi substituído aos poucos pelo liberalismo do século XIX, reforçando a postura de gradual rompimento do Estado com Igreja, ao longo do século.

Este não foi um acontecimento isolado: na Europa o enfraquecimento da Igreja motivara o movimento do Tradicionalismo (dentro da corrente filosófica do Espiritualismo Francês) que pretendia resgatar a posição do Catolicismo como única religião possível, assim como o regime monárquico, ambos enfraquecidos pela Revolução Francesa, que proclamara o regime republicano e dera uma nova dignidade ao homem dentro da Nação.

No entanto, desde a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil, ficara definida a direção política do Estado, cada vez mais aberto ao contato com outras culturas européias, que iam aos poucos introduzindo elementos de dissolução na cultura colonial. ⁽⁸⁾ Na vida política, portanto, dominava o Regalismo, isto é, a concepção de que a Igreja era uma instituição do Estado ou, pelo menos, a ele subordinada, pois dele recebia apoio financeiro: a Constituição de 1824 e o Ato Adicional de 1834 vieram reforçar a supremacia do Estado sobre a Igreja.

(8) "A revogação da legislação que vedava aos estrangeiros a sua presença na Colônia permitiu a chegada de centenas de europeus - franceses, ingleses, alemães, italianos, suíços, norte-americanos. . . Eram, no início do século, 4322 "almas" que se somavam a mais de 2400 portugueses, 993 franceses (nas mais variadas ativi-

dades); os ingleses eram comerciantes, homens de negócio que se beneficiavam dos favores concedidos pelo tratado de comércio firmado com a Inglaterra". HOLANDA, Sérgio Buarque de, *História geral da civilização brasileira*, São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1982, p. 324.

É preciso que juntemos a isso um novo fator - o fortalecimento crescente da Maçonaria, introduzida no Brasil no final do século XVIII, da qual participavam, em 1822, figuras de mais alta importância, como José Bonifácio de Andrada e Silva (então Grão-Mestre do Grande Oriente, cargo depois exercido pelo Imperador D. Pedro I).⁽⁹⁾ O reforço à posição regalista do Estado aconteceu na promulgação do Ato Adicional de 1834, que passou a considerar bispos e padres como funcionários públicos e suprimiu várias congregações religiosas (capuchinhos, em Pernambuco, carmelitas, na Bahia, dentre outras).

Esses fatos refletem a mudança decisiva no jogo de forças entre o Estado e a Igreja, cujo poder foi sendo corroído cada vez mais ao longo do século XIX. Assim, na metade do século, vários representantes da Igreja já haviam cedido às idéias maçônicas, ao mesmo tempo em que novas correntes de pensamento, como o Hegelismo, o Positivismo, o Evolucionismo e o Materialismo, se introduziram nas escolas de Direito, de Medicina, de Engenharia, na Escola Militar, nos meios cultos em geral.

Dentro desse panorama, o pensamento filosófico encontrou uma direção natural na *Corrente dos Ecléticos*, que marcou um momento de transição entre a filosofia colonial e a do Brasil independente,

através das idéias aqui propagadas, principalmente, por frei Francisco de Mont'Alverne, responsável pela primeira publicação sobre o assunto no Brasil (*Compêndio de Filosofia*, 1859). O Ecletismo Filosófico poderia ser sintetizado da seguinte maneira :

É mister escolher o que há de verdadeiro em cada sistema, deixando de lado o erro que cada sistema encerra e construir uma filosofia integral - o ecletismo - concebido como a união sincrética das escolas mais antagônicas.⁽¹⁰⁾

O fato de que o século XIX assistiu ao desenrolar de acontecimentos de grande importância para sua história atingiu profundamente a consciência nacional, mergulhando-a nas águas confusas das várias correntes de pensamento. Disse Sérgio Buarque de Holanda sobre as tendências daquele momento:

De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das idéias pareceu-nos a mais dignificante em nossa difícil adolescência político-social. . . O mundo acabaria irremediavelmente por aceitá-las só porque sua perfeição não poderia ser posta em dúvida e se impunha obrigatoriamente a todos os homens de boa-vontade e de bom senso. . . E a nossa história, nossa tradição, eram recriadas de acordo com esses princípios inflexíveis.⁽¹¹⁾

Portanto, em relação à corrente do Ecletismo Filosófico, pode-se dizer que a mesma condizia com os ideais da Monar-

(9) A Maçonaria fora introduzida no Brasil pelo botânico Manuel de Arruda Câmara, pernambucano, que estudara em Coimbra e em Montpellier, onde conhecera as idéias de D'Alembert e Condorcet. Estabelecendo-se em Pernambuco, divulgou as idéias dos Enciclopedistas franceses e estimulou os movimentos emancipacionistas e republicanos (1817-1824) cujas idéias se irradiaram depois para o sul do Brasil. LIMA, Alceu de

Amoroso. Síntese da evolução do catolicismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1962.

(10) PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. História da filosofia. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1978, p. 425.

(11) HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio Editora, 1988. P. 117 e 119.

quia, na medida em que era uma filosofia de conciliação e parecia ser a orientação mais adequada àquele período histórico do País. No dizer de Clovis Bevilacqua, era uma corrente apresentada como “aquela que mais profundas raízes encontrou na alma brasileira”.⁽¹²⁾ No entanto, a situação da Igreja perante o Estado era cada vez de maior enfraquecimento - O Aviso de 19/05/1855, através de Nabuco de Araújo, proibiu a entrada de noviços em qualquer convento ou mosteiro de ordem religiosa no Brasil. Em 1873 a situação culminou na *Questão Religiosa*, uma grave questão que colocou frente a frente as forças da Igreja, do Estado e da Maçonaria, organização fortíssima naquele momento. A Maçonaria travara luta contra a Igreja nos acontecimentos relativos à unificação da Itália (não desejada pela Igreja, que não queria perder os Estados Pontifícios). Fortalecida no Brasil pela filiação de figuras ilustres, teve um papel de peso na *Questão Religiosa*, que na verdade refletia a insatisfação da Igreja diante das pressões do Estado. A *Questão Religiosa* teve repercussões profundas e contribuiu para mostrar as contradições do regime imposto pela Constituição de 1824, seu autoritarismo excessivo, incentivando ainda a idéia de separação entre a Igreja e o Estado, defendida pelos republicanos.

Quanto à evolução do pensamento, podemos dizer que as tendências filosóficas foram, aos poucos, cedendo à corren-

te do Positivismo, o mais forte movimento chegado ao Brasil naquele período, o qual evoluiu aproximadamente a partir do último quarto do século em diante. Seguindo-se ao movimento eclético que representou um momento de mudança e de conciliação, preparando o caminho para o amadurecimento do Estado, o Positivismo apresentou-se como uma corrente que se ancorava no desejo das elites de reorganizar a política nacional, tendo exercido grande influência e atuação no movimento republicano.

Nesse cenário do século XIX brasileiro, no qual se travaram os conflitos entre o Estado e a Igreja, e em meio aos quais se entrecruzaram diferentes tendências filosóficas, principalmente a partir de meados de 1850, o Brasil aos poucos ultrapassava a sua experiência monárquica em direção ao ideal republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVERINI, R. (1983) Tropicalidade do barroco. In *Revista Barroco* nº 12, Belo Horizonte, Imprensa Universitária.
- BAZIN, G. (1965) *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. R. J., Editora Record.
- BERGER, P. (1965) *As freguesias do Rio de Janeiro*. R. J., Ed. Cruzeiro.

(12) O Eclétismo no Brasil era filho legítimo do Eclétismo Francês, criado por Victor Cousin, que pertencia à corrente do Espiritualismo Francês, introduzido por Royer Collard, na França. O Eclétismo Francês combinou diversos sistemas de filosofia pro-

venientes das idéias de Kant, Hegel, Schelling e Condillac. COSTA, João Cruz. "O pensamento humano". In Enciclopédia Delta Larousse, v. 4. Ed. Delta S.A., 1962, p. 2036.

- EWBANCK, T. (1976) *Vida no Brasil ou Diário de uma visita à terra do cacauero e da palmeira*. S. P. , Ed. da Universidade de São Paulo/Livraria Itatiaia Ed. Ltda.,
- HOLANDA, S. B. (1988) *Raízes do Brasil*. R.J., José Olímpio Editora.
- NEVES, L. F. B. (1978) *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios*. R. J. , Forense - Universitária.
- PADOVANI, U. (1978) CASTAGNOLA, L. *História da filosofia*. S. P. Ed. Melhoramentos.